

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CLEITON CARDOSO CORNÉLIO

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA INDÚSTRIA QUÍMICA LOCALIZADA NO SUL DE SANTA CATARINA**

CRICIÚMA

2017

CLEITON CARDOSO CORNÉLIO

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA INDÚSTRIA QUÍMICA LOCALIZADA NO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de bacharel no curso de
Ciências Contábeis da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Esp. Luiz Henrique Tibúrcio
Daufembach

CRICIÚMA

2017

CLEITON CARDOSO CORNÉLIO

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO EM
UMA INDÚSTRIA QUÍMICA LOCALIZADA NO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Financeira.

Criciúma, 08 de dezembro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Luiz Henrique Tibúrcio Daufembach - Especialista - (UNESC) - Orientador

Prof. Fernando Marcos Garcia - Mestre - (UNESC) - Examinador

Prof. Ademir Borges - Especialista - (UNESC) - Examinador

Dedico este trabalho a minha família que sempre esteve junto de mim. Em especial ao meu pai, minha mãe e minha irmã pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, por ter me dado saúde, força e coragem para superar as dificuldades e seguir em frente nessa caminhada.

Agradeço ao meu Pai Tomé, a minha Mãe Célia e a minha irmã Tamires que sempre estiveram junto comigo e sempre me apoiaram. Agradeço pelos ensinamentos proporcionados, pela paciência, carinho e compreensão em todos os momentos difíceis.

Aos amigos e colegas que fiz ao longo desta caminhada, principalmente ao meu grupo de estudos Filipe, Jhonatan, Maira e Suelen que estiveram sempre comigo, dividindo os bons e maus momentos nestes 4 anos e meio.

Aos professores que me ajudaram nesta caminhada, em especial ao meu orientador do TCC Prof. Esp, Luiz Henrique Tibúrcio Daufembach pela paciência e pela contribuição na elaboração deste trabalho.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, meu muito obrigado!

.

“Comprometa-se com suas metas e encare os obstáculos como etapas para atingir o objetivo final”

Lair Ribeiro

RESUMO

CORNÉLIO, Cleiton Cardoso. **Análise das Demonstrações Contábeis:** Um estudo de caso em uma indústria química localizada no sul de Santa Catarina. 2017. 59p Orientador: Professor Especialista Luiz Henrique Tibúrcio Daufembach. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do extremo Sul Catarinense.

Diante das dificuldades e da acirrada competição por espaço no cenário econômico atual do país, torna-se cada vez mais importante o uso de instrumentos que auxiliem os gestores nas decisões a serem tomadas com o objetivo de ser mais assertivo com segurança. Neste contexto a análise das demonstrações contábeis é uma importante ferramenta para avaliar a situação econômica, financeira e patrimonial da empresa. Desta forma, o objetivo deste trabalho consiste em evidenciar de que forma o uso da análise das demonstrações contábeis pode gerar informações para auxiliar na tomada de decisão de uma indústria química localizada no Sul Catarinense. Serão apresentadas as principais demonstrações contábeis e também as análises dos indicadores em um comparativo entre os anos de 2014 e 2016 e ao final será elaborado um parecer para diagnosticar a real situação da empresa. Para tanto, no que se refere a análise de dados foi utilizado a abordagem qualitativa, no quesito dos objetivos a pesquisa é classificada como descritiva e a respeito dos procedimentos do trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas. E assim em um panorama geral a empresa apresenta bons índices de liquidez e com boa geração de caixa operacional nos anos de 2014 e 2016, necessitando ter atenção especial no endividamento total que apresenta um resultado muito alto. Mas este índice elevado não representa algo desastroso, já que se trata de uma empresa consolidada no mercado.

Palavras-chave: Análise. Situação econômico-financeira. Demonstrações Contábeis

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ciclo Econômico, Operacional e Financeiro	35
Figura 2 - Ferramentas da Administração do Capital de Giro	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrações Contábeis Obrigatórias.....	18
Quadro 2 - Estrutura do Balanço Patrimonial	20
Quadro 3 - Estrutura da DRE de Acordo com a Lei das S.A.....	22
Quadro 4 - Tipos de estrutura e situação financeira.....	36
Quadro 5 – DRE X EBITDA.....	37
Quadro 6 - Tabela de Cálculo dos Indicadores	38
Quadro 7 - Análise do Balanço Patrimonial - Ativo.....	42
Quadro 8 - Análise do Balanço Patrimonial - Passivo	43
Quadro 9 - Análise da DRE	45
Quadro 10 - Análise da DFC	47
Quadro 11 - Análise dos Indicadores de Liquidez	48
Quadro 12 - Análise dos Indicadores de Endividamento.....	49
Quadro 13 - Análise dos Indicadores de Rentabilidade	50
Quadro 14 - Análise dos Indicadores de Atividade.....	51
Quadro 15 - Análise dos Ciclos Operacional e Financeiro	52
Quadro 16 - Análise da Administração de Capital de Giro	53
Quadro 17 - Análise do EBITDA.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abiquim	Associação Brasileira da Indústria Química
AC	Ativo Circulante
ANC	Ativo Não Circulante
BP	Balanço Patrimonial
CCL	Capital Circulante Líquido
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CMV	Custo da Mercadoria Vendida
CSLL	Contribuição Sobre o Lucro Líquido
DC	Demonstrações Contábeis
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
EBITDA	<i>Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
ISS	Imposto Sobre Serviços
LAJIDA	Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização
NCG	Necessidade de Capital de Giro
Nº	Número
PC	Passivo Circulante
PIS	Programa de Integração Social
PL	Patrimônio Líquido
PMC	Prazo Médio de Cobrança
PME	Prazo Médio de Estocagem
PMPF	Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores
PMV	Prazo Médio de Vendas
PNC	Passivo Não Circulante
S.A	Sociedades Anônimas
ST	Saldo de Tesouraria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 INDÚSTRIA QUÍMICA NO BRASIL	16
2.2 A CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	16
2.3 OBJETIVOS E CRITÉRIOS DA ANÁLISE DE BALANÇOS	17
2.4 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18
2.4.1 Balanço Patrimonial	19
2.4.1.1 Ativo	20
2.4.1.2 Passivo e Patrimônio Líquido	21
2.4.2 Demonstração do Resultado do Exercício	21
2.4.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa	23
2.5 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	24
2.5.1 Análise Horizontal	24
2.5.2 Análise Vertical	25
2.5.3 Análise por Indicadores	26
2.5.3.1 Indicadores de Liquidez	26
2.5.3.1.1 <i>Liquidez Corrente</i>	26
2.5.3.1.2 <i>Liquidez Seca</i>	27
2.5.3.1.3 <i>Liquidez Imediata</i>	28
2.5.3.1.4 <i>Liquidez Geral</i>	28
2.5.3.2 Indicadores de Estrutura Patrimonial	28
2.5.3.2.1 <i>Endividamento Total</i>	29
2.5.3.2.2 <i>Composição do Endividamento</i>	29
2.5.3.2.3 <i>Imobilização do Patrimônio Líquido</i>	30
2.5.3.3 Indicadores de Rentabilidade	30
2.5.3.3.1 <i>Retorno sobre o Investimento</i>	31

2.5.3.3.2 Margem Bruta, Operacional e Líquida.....	31
2.5.3.3.3 Retorno sobre o Patrimônio Líquido.....	32
2.5.4 Indicadores de Atividade	32
2.5.4.1 Prazo Médio de Estocagem	33
2.5.4.2 Prazo Médio de Vendas	33
2.5.4.3 Prazo Médio de Cobrança.....	34
2.5.4.4 Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores	34
2.5.4.5 Ciclo Econômico, Operacional e Financeiro.....	35
2.5.5 Administração de Capital de Giro	35
2.5.5.1 Análise Dinâmica: CCL, NCG e ST	36
2.5.6 EBITDA.....	37
3 METODOLOGIA	39
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICOS	39
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	40
4 ESTUDO DE CASO	41
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	41
4.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	41
4.2.1 Análise Horizontal e Vertical	41
4.2.2 Análise dos Indicadores de Liquidez.....	48
4.2.3 Análise dos Indicadores de Endividamento	49
4.2.4 Análise dos Indicadores de Rentabilidade.....	50
4.2.5 Análise dos Indicadores de Atividade	51
4.2.6 Análise da Administração do Capital de Giro	53
4.2.7 Análise do EBITDA	54
4.2.8 Parecer de Análise	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo evidencia-se a contextualização do tema deste trabalho de conclusão de curso, assim como o problema de pesquisa, o objetivo geral e os seus objetivos específicos. Por fim será exposto a justificativa do assunto abordado.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA

Com o cenário econômico atual do país, em que a competitividade econômica está cada vez mais acirrada, torna-se necessário que as empresas adotem medidas para ampliar a gestão dos negócios com foco na maximização dos seus lucros. Para isso, a análise da situação financeira, econômica e patrimonial da empresa é fundamental para o sucesso na tomada de decisão.

A contabilidade é uma das principais ferramentas de gestão, pois as informações geradas por suas demonstrações são baseadas em fatos que expressam números exatos, onde com um exercício de análise pode-se tirar conclusões que auxiliem os gestores a serem mais assertivos em suas decisões tomadas.

No entanto, analisar os relatórios contábeis de forma isolada e sem possuir algum tipo de técnica para tal análise, pode comprometer a informação gerada. Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) as demonstrações vistas isoladamente apresentam limitação para demonstrar a total situação econômico-financeira de uma organização. Nesse contexto, a análise das demonstrações contábeis cumpre o papel de demonstrar, por meio de indicadores econômico-financeiros, a eficiência da organização, seu comportamento operacional e financeiro.

A análise das demonstrações contábeis apresenta uma visão detalhada de cada segmento da empresa. Com este estudo, as informações poderão ser absorvidas com maior exatidão e posteriormente, afirmar a real situação econômico-financeira da organização. Assim é possível conhecer a real situação de cada setor da empresa, já que os usuários da informação utilizarão a mesma com maior ênfase no setor onde atuam.

Frente este cenário, a empresa que opta por possuir a ferramenta de análise das demonstrações contábeis, contam com maior segurança e confiança

diante das decisões a serem tomadas. O tema deste estudo pode proporcionar muitas contribuições para a organização, na parte da gestão da empresa, mas também é utilizada forma de demonstrar às informações pertinentes a organização para outros usuários, como investidores, fornecedores e colaboradores.

Diante do exposto tem-se a seguinte questão: De que forma o uso da análise das demonstrações contábeis pode gerar informações para auxiliar na tomada de decisão de uma indústria química?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é evidenciar de que forma o uso da análise das demonstrações contábeis pode gerar informações para auxiliar na tomada de decisão de uma indústria química localizada no sul catarinense.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Evidenciar as Demonstrações Contábeis e seus conceitos
- Apresentar os conceitos e fundamentos da análise das demonstrações contábeis
- Analisar as demonstrações contábeis da empresa estudada
- Emitir um parecer com os principais pontos sobre a análise realizada

1.3 JUSTIFICATIVA

Sabe-se da importância que as demonstrações contábeis possuem nos dias atuais, mas se nos reportarmos para o provável início da contabilidade, mesmo em forma primitiva, desde o início já existe a preocupação de mensurar e observar a variação da riqueza.

De acordo com Marion (2012) o surgimento da Análise de Demonstrações contábeis de uma forma mais robusta e moderna, deu início no final do século XIX, onde os banqueiros americanos solicitavam o equivalente ao balanço atual para as empresas que queriam pegar empréstimos. Assim o início da análise que

conhecemos hoje foi por causa dos bancos governamentais de desenvolvimento, já que os próprios exigiam uma análise econômico-financeira para liberar financiamentos.

Com o passar do tempo, além de servir apenas como informações para bancos da situação financeira da empresa, a análise das demonstrações contábeis ganhou força também entre outros usuários da informação, além de auxiliar na gestão empresarial.

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) na atualidade existem inúmeros usuários das informações contábeis, entre eles investidores que estão interessados sobre o risco inerente ao investimento, os credores e fornecedores que estão interessados em saber a capacidade de pagamento de dívidas da organização, entre outros. Assim, pode-se notar a importância que este ramo possui, já que de forma ampla possui o objetivo de extrair informações das demonstrações contábeis para a tomada de decisões.

Como na atualidade a competitividade está em alta e a briga por espaço no setor econômico está acirrada, as empresas precisam ter uma forma de gestão que consiga mensurar de forma clara a evolução da empresa em relação a ela própria, assim como em relação a outras empresas do mesmo setor. Nesse sentido, Assaf Neto (2015, p. 46) entende que:

A análise visa relatar, com base em informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

Assim a empresa precisa analisar e entender as variações das informações que decorreram no passado, para poderem comparar com a situação em que se encontram no presente. Consequentemente os gestores ficam mais aptos e claros para traçarem estratégias e projetarem qual o caminho que a organização deve seguir, almejando maiores lucros e diminuindo os riscos inerentes nas futuras transações.

Diante desta perspectiva, este trabalho justifica-se pela importância que a análise das demonstrações contábeis possui para o desenvolvimento com eficiência e eficácia da empresa. Isso também ressalta a importância que o profissional da área contábil possui nos dias atuais, já que tem uma boa capacitação para efetuar a

análise de demonstrações contábeis.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Finalizado o capítulo introdutório, o trabalho está estruturado de acordo com as seguintes seções: fundamentação teórica; procedimentos metodológicos; análises e discussão dos resultados científicos; e as considerações finais. Na apresentação dos estudos teóricos é apresentado o tema da análise das demonstrações contábeis, e a sua importância na tomada de decisão das organizações. Abordando as normas, a estrutura, os requisitos e as técnicas que podem ser utilizadas para obter-se uma análise completa da situação econômica da organização. Após esta fase são propostos os procedimentos metodológicos, com o método, estratégia e as técnicas de pesquisa que foram utilizadas. Logo em seguida discutidos os resultados e suas relações com outros estudos empíricos. Ao final, são deduzidas as conclusões, limitações do trabalho e sugestões para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, evidencia-se o referencial teórico, onde será apresentado o tema de análise das demonstrações contábeis, assim como os seus conceitos. Também será demonstrada a importância deste procedimento em empresa do setor de indústria química. Posteriormente serão colocadas em pauta as técnicas para serem feitas as análises, assim embasando o estudo de caso proposto.

2.1 INDÚSTRIA QUÍMICA NO BRASIL

A indústria química está presente em praticamente todos os bens de consumo e em todas as atividades econômicas. No Brasil a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) é a representante oficial do setor dentro do Conselho Internacional das Associações da Indústria Química, sendo que ela apresenta um relatório explicativo sobre o setor químico em geral todo ano, com ênfase em segurança, meio ambiente, transporte e gestão de produtos.

Segundo dados do site da Abiquim, a Indústria Química é um dos setores mais importantes da economia brasileira, pois tem a 3ª melhor participação no PIB industrial do Brasil com 10,4% do total, considerando os dados de 2016. E âmbito mundial a indústria química brasileira estava em 8º lugar no *ranking* mundial de indústrias químicas, com um faturamento líquido de US\$ 112 bilhões, ou 2,2% do faturamento mundial.

Após apresentado o setor da indústria química e a sua relevância no cenário nacional, a seguir será evidenciado a contabilidade como sistema de informação.

2.2 A CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Para uma boa compreensão do que é a análise das demonstrações contábeis e quais são os seus objetivos, é importante conhecer a própria contabilidade e como ela é importante na mensuração e na geração de informação. Assim podemos ver que a contabilidade é compreendida como o setor, ou a parte encarregada de representar a situação econômico-financeira da organização.

Segundo Martins, Diniz e Miranda (2012) a contabilidade é com o se fosse

um modelo que tem como objetivo representar o que ocorre na empresa no intervalo de um determinado período. Mas um modelo, por definição, é apenas uma aproximação e, portanto, nunca poderá ser compreendida como a própria realidade. Em outras palavras o que a contabilidade e as demonstrações contábeis apresentam não são nada mais do que partes da verdade acerca da empresa, que quanto mais trabalhadas em conjunto, apresentam uma porcentagem maior da realidade da organização como um todo.

Neste sentido é que se ressalta a importância da análise das demonstrações contábeis, já que ela utiliza cada uma das partes da verdade para enxergar a empresa por inteiro e projetar ações futuras. Também é possível ver a dificuldade que a contabilidade possui, já que deve apresentar as demonstrações de forma a satisfazer a todos os possíveis usuários.

Assim Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 2) entendem que “não é uma tarefa fácil cumprir os objetivos da Contabilidade. Isto é, desejar que um modelo retrate a realidade econômico-financeira de uma entidade para vários usuários, os quais têm objetivos díspares em termos de informação.” E mesmo que existam normas que padronizam os procedimentos e as informações geradas, cada usuário pode ver de forma distinta. O profissional da área contábil tem como função crucial o registro das operações que por consequência geram os relatórios contábeis, e desta etapa é que começa o trabalho do analista, que usa as informações geradas pela contabilidade para analisar e tirar conclusões a fim de auxiliar na tomada de decisões.

2.3 OBJETIVOS E CRITÉRIOS DA ANÁLISE DE BALANÇOS

Conforme apresentado anteriormente, a contabilidade tem como objetivo principal o de fornecer informações sobre o desempenho e os resultados da empresa, assim como sua situação econômico-financeira. Assim análise de balanço pode vir como um complemento das informações geradas pelo setor contábil, já que nos relatórios contábeis podem ser extraídas, por exemplo, conclusões referentes à atratividade em investir na empresa, a capacidade de pagamento de dívidas entre outras.

Segundo Assaf Neto (2015) a análise de balanços relata, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas a situação econômica atual da

empresa, assim como a evolução apresentada e as projeções para o futuro, além de apresentar as causas que determinaram o desenvolvimento da organização e as possíveis circunstâncias que norteiam as tendências futuras.

Já Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 4) colocam que “o objetivo da análise depende do usuário, porque cada usuário demanda de um tipo específico de informação.” Isso se explica pelo fato de que, por exemplo, os investidores estão interessados em saber sobre o risco que ele tem no investimento, os fornecedores estão interessados na capacidade da empresa em cumprir com as suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

2.4 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Neste capítulo será apresentada a estrutura contábil das Demonstrações Contábeis (DC) que são suscetíveis de análise, entendendo que somente será possível desenvolver avaliações mais acuradas da empresa, se o analista possuir um conhecimento amplo nesta parte de estruturação dos demonstrativos.

Conceitualmente, a publicação das DC por parte da empresa, é amparada pela Lei 6.404/76, a Lei das Sociedades Anônimas (S.A), atualizada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, que estabelecem as empresas à responsabilidade de no fim de cada exercício social, elaborar com base na escrituração contábil os seguintes demonstrativos contábeis:

Quadro 1 - Demonstrações Contábeis Obrigatórias

Balanço Patrimonial (BP)
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Fonte: Adaptado de Iudícibus 2009, p. 26.

Diante do exposto é importante salientar que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é obrigatória apenas para companhias de capital aberto, ficando dispensadas da publicação as companhias fechadas, as sociedades limitadas entre outras. Já a companhia fechada com valor do Patrimônio Líquido (PL) menor do que R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais) não serão obrigadas a elaborar e publicar a

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC).

Além das demonstrações evidenciadas no quadro 1, outro documento divulgado é as notas explicativas que segundo Marion (2012) não é exatamente Demonstrações Contábeis, mas tem o objetivo de completar as informações escrituradas nas outras demonstrações. Além destas citadas, as companhias abertas devem divulgar o parecer dos auditores e também o relatório da administração.

2.4.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma das DC mais conhecidas e que é dada maior ênfase no momento de realizar a análise, pois é por meio dela que se tem de forma objetiva a real situação financeira da empresa. Já que utilizando as DC é possível analisar a liquidez e o endividamento da empresa, calcular os prazos médios e a necessidade de capital de giro, possibilitando um extremo conjunto de indicadores para análise.

Segundo Assaf Neto (2015) o balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em um determinado momento, sendo que a informação que este demonstrativo fornece é totalmente estática, e provavelmente os seus valores e a sua estrutura deverão apresentar alguma diferença algum tempo após o encerramento do exercício. Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 26) colocam que o balanço “é como se tirássemos uma foto da situação financeira e patrimonial da empresa em determinado momento. Por isso é tido como o ponto de partida no processo de análise de demonstrações contábeis”.

Segundo Iudícibus (2009) a expressão balanço decorre do equilíbrio que deve possuir entre as aplicações e as origens e a expressão patrimonial origina-se do Patrimônio da empresa, ou seja, o conjunto de bens direitos e obrigações. Assim juntando as expressões forma-se o balanço patrimonial, que conceitualmente significa o equilíbrio do patrimônio.

O balanço patrimonial é composto de três partes essenciais: Ativo, Passivo e o Patrimônio Líquido, sendo que cada uma destas partes está subdividida em grupos que são ordenadas de forma decrescente em grau de liquidez para o Ativo e em ordem decrescente de exigibilidade para o passivo. O quadro 2 demonstra a estrutura básica de um balanço patrimonial.

Quadro 2 - Estrutura do Balanço Patrimonial

Denominação da Empresa: _____					
BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO			PASSIVO E PL		
	Ano Atual	Ano Anterior		Ano Atual	Ano Anterior
BENS DIREITOS			PASSIVO P. LÍQUIDO		

Fonte: Iudícibus (2009, p.32)

O balanço patrimonial deve conter conforme o Quadro 2 a denominação da empresa a data de encerramento do balanço, o título da demonstração que é Balanço Patrimonial no caso. E o corpo do balanço é constituído por duas colunas: a da esquerda é alocado o Ativo que contém os bens e direitos, e no lado direito tem o passivo e o PL, onde ficam alocadas as obrigações.

2.4.1.1 Ativo

O ativo de uma empresa é composto pelas contas que representam os bens, direitos e outros recursos aplicáveis, que são avaliáveis em dinheiro e que são mantidos no intuito de que sejam gerados benefícios futuros para os investidores, sendo estes benefícios normalmente na forma de caixa.

Segundo Iudícibus (2009) para ser considerado um ativo o item deve preencher a quatro requisitos, assim o item deve constituir bem ou direito para a empresa, deve ser de propriedade, posse ou controle de longo prazo da empresa, tem que ser mensurável monetariamente e por fim deve trazer benefícios presentes ou futuros.

Assim Martins, Miranda e Diniz (2014 p.27) colocam que “[...] um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.” Os itens que não se enquadram nestes requisitos para ser considerado um ativo têm a sua transação reconhecida como despesa na DRE.

Como visto anteriormente as contas do ativo são dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez, assim o ativo é disposto em dois grandes grupos, o

Ativo Circulante (AC) e o Ativo Não Circulante (ANC). Sendo que no primeiro grupo são alocadas todas as contas com grande rotação, que são de liquidez imediata ou que convertem em dinheiro em curto prazo. Já no segundo grupo ficam as contas de menor liquidez, que são realizáveis em longo prazo.

2.4.1.2 Passivo e Patrimônio Líquido

No passivo são classificadas todas as obrigações que a empresa tem com terceiros, podendo ser fornecedores, impostos a pagar, salários, financiamentos e etc. São derivadas de eventos já ocorridos, das quais a liquidação se espera que resulte em uma saída de recursos da empresa. Segundo Iudícibus (2009 p. 29) “o passivo é uma obrigação exigível, isto é, no momento em que a dívida vencer, será exigida (reclamada) a liquidação da mesma. Por isso, é mais adequado denominá-lo Passivo Exigível.”.

Assim como no ativo o passivo também é separado em dois grandes grupos, o Passivo Circulante (PC) e o Passivo Não Circulante (PNC), que segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) no primeiro estão às obrigações cuja liquidação deve ser feita no prazo de um ano, e no segundo estão às obrigações que as liquidações devem ser feitas em prazo superior a um ano.

Já o patrimônio Líquido evidencia os recursos que os proprietários aplicaram na organização e é o valor residual dos ativos da empresa depois de serem deduzidos todos os passivos.

Segundo Assaf Neto (2015) o patrimônio representa a identidade contábil medida pela diferença entre o ativo e o passivo, e é constituído pelas seguintes contas: Capital Social que representa o valor investido pelo acionista; Reservas de Capital que representa os valores recebidos pela empresa que não transitaram pelo resultado; Ajustes de Avaliação Patrimonial; Reservas de Lucros; Lucro ou Prejuízos Acumulados e Ações em Tesouraria.

2.4.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) visa fornecer de forma ordenada as receitas e as despesas da empresa em um determinado exercício social, e assim apurar o resultado (Lucro ou Prejuízo) que foram auferidos. Estas

receitas e despesas do DRE são consideradas no momento em que é realizada a operação, e independe da situação financeira de tal operação.

A DRE segundo Reis (2006, p. 68) “é uma peça contábil que mostra o resultado das operações sociais lucros ou prejuízo e que procura evidenciar o resultado operacional e o resultado líquido.” Já no entendimento de Braga (2012), a finalidade básica da DRE é detalhar a formação do resultado obtido no exercício, especificando as receitas, as despesas e os custos por natureza de elementos componentes, até chegar ao resultado final, que deve ser lucro ou prejuízo.

Conforme o quadro 3, a DRE é iniciada pela receita bruta, que é o total bruto vendido no período, onde é descontado os valores pertinentes aos impostos sobre vendas; as devoluções (vendas canceladas); os custos dos produtos vendidos; as despesas operacionais; a provisão para imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), além de outras participações. E também são somadas ao valor da Receita bruta, as outras receitas operacionais e assim encontra-se o valor do Lucro Líquido do período.

Quadro 3 - Estrutura da DRE de Acordo com a Lei das S.A

RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS (-) Descontos Concedidos, Devoluções (-) Impostos sobre vendas =RECEITA LÍQUIDA (-) Custo dos Produtos Vendidos e/ou Serviços Prestados = RESULTADO BRUTO (-/+) Despesas/Receitas operacionais (-) Despesas Gerais e Administrativas (-) Despesas de Vendas (-/+) Despesas/Receitas Financeiras (-) Juros sobre Capital Próprio (-/+) Outras Despesas/Receitas Operacionais = RESULTADO ANTES DO IR/CSLL (-) Provisão para IR e Contribuição Social = RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES (-) Participações (-) Contribuições (+) Reversão dos Juros sobre Capital Próprio = RESULTADO (LUCRO/PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO LUCRO POR AÇÃO

Fonte: Adaptado Assaf Neto (2015 p. 84)

A DRE é obrigatória ser apresentada conforme a Lei das S.A no fim de cada exercício social, mas são elaboradas mensalmente para fins gerenciais, já que a análise de tal demonstrativo é de suma importância para a empresa ter conhecimento da rentabilidade da empresa, assim como evidencia possíveis despesas com valores que podem ser reduzidos.

2.4.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é obrigatória para todas as companhias abertas e também para aquelas com PL superior a 2 milhões de reais a partir da publicação da Lei nº 11.638/07, e substituiu a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, sendo que os principais argumentos para esta mudança é que a DFC possui maior facilidade de entendimento.

Dessa forma, Assaf Neto (2015, p. 100) completa: “O objetivo essencial da DFC é disponibilizar informações relevantes sobre os fluxos financeiros (em dinheiro) de pagamentos e recebimentos realizados por uma empresa, no exercício social”. Assim a DFC evidencia as modificações que ocorrem no saldo das disponibilidades, e permite aos usuários das DC avaliar a capacidade de saldar obrigações e pagar dividendos.

Marion (2012) descreve que a DFC pode ser elaborada de forma direta, por meio da movimentação do caixa e de equivalentes a caixa, ou de forma indireta, a partir do lucro/prejuízo do exercício. Essa demonstração deve ser segmentada em três tipos de fluxos de caixa: das atividades operacionais, das atividades de financiamentos e investimentos.

As atividades operacionais descrevem basicamente as operações registradas na DRE, as de investimentos descrevem normalmente as variações no Ativo Não Circulante e a atividade de financiamento refere-se praticamente às operações com credores e investidores. Portanto, a DFC é muito importante para o controle gerencial da empresa, já que por meio dela é possível distinguir as alterações que ocorreram no saldo de caixa e equivalentes a caixa dentro de um período.

2.5 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas anteriormente, isoladamente não tem potencialidade para identificar os pontos fortes e os pontos fracos da empresa, assim a análise das DC se faz necessária para uma maior compreensão das informações contábeis divulgadas.

Segundo Iudícibus (2009) para ser feita a análise de DC é necessário atentar a alguns detalhes para uma informação fidedigna, entre eles a empresa deve manter os registros contábeis de forma correta. E para estes registros possuírem maior credibilidade é aconselhável que a empresa coloque os seus relatórios contábeis a serem auditados por um auditor independente.

As duas principais características de análise de uma empresa são a comparação dos valores obtidos em determinado período com aqueles levantados em períodos anteriores e o relacionamento desses valores com outros afins. Dessa maneira, pode-se afirmar que o critério básico que norteia a análise de balanços é a comparação. (Assaf Neto, 2015, p.113)

Neste sentido Neves e Viceconti (2007, p. 129) colocam que a análise de DC consiste no “estudo da situação patrimonial da entidade, através da decomposição, comparação e interpretação do conteúdo das demonstrações contábeis, visando obter informações analíticas e precisas sobre a situação geral da empresa”.

Assim para ser feita a análise das DC, temos a possibilidade de analisar as demonstrações contábeis apenas comparando a evolução ao longo dos anos, como na relação de determinada conta com o total (Análises Vertical e Horizontal).

2.5.1 Análise Horizontal

A análise horizontal tem como finalidade a comparar a evolução de uma determinada conta ou grupo no decorrer de diferentes exercícios sociais, é utilizada em várias Demonstrações Contábeis, sendo que de forma mais presente no BP e na DRE. No entendimento de Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 103): “A análise horizontal é um processo de análise temporal que permite verificar a evolução das contas individuais e também dos grupos de contas por meio de números-índices.”.

Assim o número-índice revela-se como a relação existente entre o valor

de uma conta contábil identificado no exercício que se pretende comparar com o valor apurado desta mesma conta em um exercício em que se efetua a comparação. Depois de calculados estes números-índices de cada conta de uma demonstração contábil, é possível ver se a situação econômica da empresa está melhorando ou piorando ao longo do tempo. E também ver a relação da evolução de uma conta com a outra, como por exemplo, comparar se o crescimento das despesas da empresa está proporcional ao crescimento das receitas.

Portanto, com esta análise podemos vislumbrar a tendência futura que o resultado de determinada demonstração contábil tem, e como consequência permite a direção da empresa consertar o problema antes dele ocorrer caso a tendência não seja a esperada.

2.5.2 Análise Vertical

Este tipo de análise visa relacionar os valores de duas ou mais contas dentro de um mesmo grupo, assim é avaliado a estrutura de composição de determinada demonstração contábil. Padoveze e Benedicto (2011, p. 195) afirmam que na análise vertical “assume-se como 100% um determinado elemento patrimonial que, em princípio, deve ser o mais importante, e faz-se uma relação percentual de todos os demais elementos sobre ele”.

A forma de cálculo dos índices de análise vertical é semelhante aos do índice da análise horizontal, a diferença é que na segunda o foco é a variação temporal ocorrida em uma mesma conta, já na primeira o foco é a variação entre uma conta e outra em um determinado período.

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) é possível perceber um valor maior de aplicação deste método na DRE, já que possibilita ao usuário a comparação de todas as contas do demonstrativo em relação a receita líquida da empresa, apresentando valores que são consideráveis para a lucratividade da empresa.

Assim esta análise permite aos gestores da empresa comparar todos os gastos com a receita total e identificar o que pode estar comprometendo de forma determinante o resultado da organização, e, portanto, possibilita aos mesmos a tomada de decisões para corrigir tal problema.

2.5.3 Análise por Indicadores

Os indicadores econômico-financeiros designam todos os dados econômicos e financeiros de determinada empresa e que podem ser expressos em valores monetários absolutos, taxas de variação, tempo, entre outros com a finalidade de mensurar a capacidade da empresa em quitar as suas dívidas e de gerar valor para os investidores. Neste sentido, Padoveze e Benedicto (2011 p. 147) colocam que:

O conjunto de indicadores econômico-financeiros é o instrumental que classificadamente representa o conceito de análise de balanço. Basicamente, consiste em números e percentuais resultantes das diversas inter-relações possíveis entre elementos patrimoniais constantes do balanço e da demonstração de resultados. O objetivo é buscar elementos que deem maior clareza à análise ou mesmo indiquem constatações do desempenho econômico-financeiro da entidade.

Segundo Marion (2012), na análise de indicadores temos o tripé que oferece condições de conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa, sendo que este tripé tem como base os três pontos essenciais para a análise: Liquidez (Situação Financeira), Rentabilidade (Situação Econômica) e Endividamento (Estrutura de Capital).

2.5.3.1 Indicadores de Liquidez

Os índices de liquidez apresentam a situação financeira de uma organização diante das dívidas assumidas, o que representa a condição de que a mesma possui em manter a sua continuidade. Para ser efetuada a análise são calculados os seguintes índices: Liquidez Corrente; Liquidez Seca; Liquidez Imediata e Liquidez Geral.

2.5.3.1.1 *Liquidez Corrente*

O índice de liquidez corrente indica o quanto a empresa possui de recursos de curto prazo ou ativo circulante para suprir todas as suas dívidas de curto prazo ou passivo circulante. Assim, caso o índice de liquidez for maior do que um, significa que o capital circulante líquido da empresa estará com o resultado considerado positivo.

Matarazzo (2010) relata que a liquidez corrente indica quanto à empresa possui no ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívidas no curto prazo. Assim, ele termina o raciocínio colocando que quanto maior for o valor do índice, é melhor para a empresa. A fórmula que é utilizada para calcular o índice de liquidez corrente é uma equação básica, pois consiste apenas na divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

Mas é importante estar atento ao fato de que mesmo a empresa tendo um resultado extremamente positivo no índice de liquidez corrente, isto não significa que a saúde financeira da mesma está em um estado satisfatório, já que neste indicador não é possível distinguir os prazos de vencimentos das contas a receber e a pagar. Por isso não é aconselhável realizar uma análise utilizando a liquidez corrente isoladamente, sem outras ferramentas.

2.5.3.1.2 *Liquidez Seca*

O índice de liquidez seca mostra a parcela das dívidas de curto prazo que poderiam ser pagas utilizando somente os itens de maior liquidez do ativo, e é demasiadamente utilizada para se avaliar de forma conservadora a situação de liquidez de uma empresa, já que são excluídos os valores referentes aos estoques do cálculo, e conseqüentemente acaba por eliminar uma fonte de recurso que se tem incerteza sobre a sua liquidação. Diante disso, Assaf Neto (2015, p.188) cita:

O quociente demonstra a porcentagem das dívidas em curto prazo em condições de serem saldadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber.

Assim, neste indicador é considerado somente as disponibilidades e os valores de duplicatas a receber, o que o torna menos suscetível a distorções e influências dos variados critérios de avaliação de estoques poderia acarretar. Mas também permanece o problema da liquidez corrente, onde não é possível avaliar os prazos de recebimento e pagamento das contas, assim o analista possui outro instrumento para eliminar esse efeito, o índice de liquidez imediata.

2.5.3.1.3 *Liquidez Imediata*

O índice de liquidez imediata revela o quanto as empresas dispõem de recursos para liquidar as dívidas de curto prazo imediatamente, por meio dos valores relativos a caixa e equivalentes de caixa, ou seja, neste indicador é possível visualizar quantos reais a empresa tem de disponibilidades para cada real de passivo circulante.

Segundo Marion (2012) é um índice sem muito destaque, já que ele relaciona os valores referentes as disponibilidades, com todas as dívidas de curto prazo, assim podem-se estar fazendo uma relação com dívidas que vencerão após 360 dias ao dia em que foi efetuado a análise. O que significa que os valores relativos ao disponível na data da análise, não será necessariamente usado para pagar as dívidas que compõem o passivo no mesmo período.

2.5.3.1.4 *Liquidez Geral*

O índice de liquidez geral mostra a capacidade de pagamento em longo prazo, já que ele mostra o quanto a empresa tem de recursos de curto e longo prazo, para cada real de dívidas de curto e longo prazo. Para ser calculado é somado o Ativo Circulante com o Realizável em Longo Prazo, e dividir pela soma do Passivo circulante mais o Exigível em Longo Prazo.

Iudícibus (2009) comenta que este indicador possui o mesmo problema dos demais quocientes de liquidez em relação aos prazos de pagamento e recebimento, já que eles podem ser os mais variados possíveis. Mas é por isso que os índices de liquidez devem ser analisados em conjunto, pois, por exemplo, a empresa pode ter uma liquidez corrente favorável, mas devido a um empréstimo em longo prazo, a sua liquidez geral não é favorável.

2.5.3.2 Indicadores de Estrutura Patrimonial

Os índices utilizados para a análise do endividamento da empresa estabelecem as relações existentes entre a fonte de financiamento próprio e de terceiros, com o fim de evidenciar a dependência da organização de capital de terceiros.

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) o principal problema ou limitação dos índices de estrutura patrimonial, são referentes a falta de correção monetária dos elementos que são utilizados para o cálculo dos quocientes, destaca-se entre eles o Ativo Imobilizado.

Nestes indicadores fica evidenciada a quantidade da dívida existente com terceiros e também a qualidade desta dívida. Onde é possível determinar a situação financeira da empresa tanto no Curto, como no Longo Prazo.

2.5.3.2.1 Endividamento Total

O índice de endividamento total retrata o posicionamento da empresa com relação aos capitais de terceiros, indicando a dependência que a organização apresenta de recursos provenientes de terceiros, e nesse sentido, os possíveis riscos inerentes a tal situação.

O objetivo deste indicador segundo Gitman (2004, p. 50), “mede a proporção dos ativos totais financiadas pelos credores da empresa. Quanto mais alto o valor desse índice, maior o volume relativo de capital de outros investidores usados para gerar lucros na empresa”.

Deste modo o indicador evidencia a quantidade de capital de terceiros que é utilizada para financiar os ativos da empresa, sendo que não se pode dizer que um índice de endividamento total alto seja bom ou ruim, pois é necessário também analisar a qualidade da dívida, por meio do indicador da composição do endividamento.

2.5.3.2.2 Composição do Endividamento

O índice de composição do endividamento é importante para analisar a solvência da empresa, já que representa qual a parcela da dívida total com terceiros que é exigível em curto prazo, sendo que a proporção favorável seria de uma participação menor das dívidas de curto prazo, proporcionando mais tempo para a empresa gerar recursos que quitarão essas dívidas.

Marion (2012) comenta que se a composição do endividamento apresentar significativa concentração no curto prazo, a tendência é que ela encontre dificuldades em algum momento de reversão ou de crise do mercado, o que

acarretará a tomada de medidas drásticas para cumprir as obrigações.

Assim, é comum que as empresas tendem a buscar recursos de longo prazo para financiamento do Ativo Não Circulante e de curto prazo para recursos do Ativo Circulante. Embora não existam regras, já que cada empresa adota o método que otimize os seus resultados, levando em consideração a natureza do endividamento, as taxas de juros, os riscos e o retorno que estes recursos investidos podem proporcionar.

2.5.3.2.3 Imobilização do Patrimônio Líquido

Para evidenciar a quantia de capital próprio que está sendo investido em ativos que não possuem um alto grau de liquidez, é utilizado o índice de imobilização do Patrimônio Líquido. Martins, Miranda e Diniz (2014, p.141) colocam que “o índice de imobilização do Patrimônio Líquido apresenta a parcela do capital próprio que está investida em ativos de baixa liquidez (imobilizado, investimentos, intangíveis).”

Assim, quanto mais a empresa utilizar de capital próprio para financiar ativos de baixa liquidez, sobrarão menos para ser investido em Ativos Circulantes, sendo que o ideal seria não financiar os ativos de curto prazo com recursos de terceiros, para diminuir a dependência dos mesmos.

2.5.3.3 Indicadores de Rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade têm um enfoque maior no aspecto econômico da análise das demonstrações contábeis, pois via de regra, relacionam os resultados obtidos pela empresa com algum valor que relativamente expresse a dimensão do mesmo.

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) usando os índices de rentabilidade torna-se mais visível o desempenho econômico da organização, isto independentemente do seu tamanho. Mas é preciso atentar ao fato de que é recomendado avaliar o próprio desempenho dentro do setor econômico em que está inserido, pois a rentabilidade média varia entre os diferentes setores da economia.

Assim estes indicadores estão voltados para o potencial de vendas da empresa, para a sua habilidade em conseguir gerar resultados e na evolução das despesas. Evidenciar a rentabilidade em valores absolutos revela uma informação

bastante reduzida, já que a empresa pode apresentar um lucro muito alto, mas não possuir um retorno tão satisfatório, neste sentido o objetivo é calcular a taxa de lucro.

2.5.3.3.1 Retorno sobre o Investimento

O indicador do Retorno sobre o Investimento é um dos mais utilizados na prática, isso demonstra a importância de ser feita a sua análise. Ele representa o quanto a empresa obteve de resultados em relação ao capital investido na atividade, evidenciando a rentabilidade do negócio.

De acordo com Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 190) “este indicador também é chamado de Rentabilidade do Ativo. No entanto, a nomenclatura “retorno sobre investimento” ou “*return on investment*” retrata melhor a sua natureza, uma vez que o numerador da equação pode não ser exatamente o ativo”.

Para este índice ser calculado é utilizado o lucro líquido da empresa, assim como é utilizado também o valor dos investimentos, que requer alguns cuidados, já que este valor pode ser considerado de duas formas: como o valor do total do ativo, ou a média do PL do período somada à média dos passivos financeiros.

2.5.3.3.2 Margem Bruta, Operacional e Líquida

Uma empresa pode aumentar o valor de suas vendas, mas não conseguir transformar este aumento em lucro, assim observando apenas os valores brutos de receitas tem-se a impressão de uma melhora no andamento da organização. Assim o cálculo das Margens de lucro é importante para medir a rentabilidade, já que mostram a porcentagem das vendas que são convertidas em lucro.

Segundo Martins, Diniz e Miranda (2014) as análises verticais e horizontais poderão mostrar onde está sendo consumido o resultado gerado pelo aumento das vendas em caso de margens de lucro baixa. Este indicador tem maior eficácia se for comparado somente com empresa do mesmo setor, já que empresas de setores diferentes tendem a apresentar margens muito desigual.

2.5.3.3.3 Retorno sobre o Patrimônio Líquido

O indicador do retorno sobre o patrimônio líquido tem como objetivo evidenciar qual a lucratividade da empresa em relação ao capital próprio, ou seja, em benefício aos investidores, já que demonstra a capacidade da empresa em remunerar o capital que foi investido pelos sócios.

Segundo Assaf Neto (2015), esse índice expressa o ganho auferido pelos sócios em virtude das margens de lucro, da eficiência das operações e do bom desempenho dos negócios. Ou seja, mede o retorno líquido do proprietário para cada R\$ 1,00 investido.

Este índice é calculado utilizando o Lucro Líquido auferido pela empresa no período, sendo que este é dividido pelo valor referente ao Patrimônio Líquido, sendo ele o inicial o médio ou o final. Martins Diniz e Miranda (2012) sugerem o uso do Patrimônio Líquido inicial, mas salientam que é preciso avaliar cada caso e que seja feito os ajustes necessários.

2.5.4 Indicadores de Atividade

Os indicadores de atividade operacional possuem a característica de serem mais dinâmicos e permitem que seja analisado o desempenho operacional da empresa e suas necessidades de investimento em capital de giro. Por meio dos prazos médios pode-se analisar o ciclo operacional e de caixa de uma empresa.

Para entender melhor os prazos médios, é interessante conhecer mais sobre o ciclo operacional, neste sentido Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 169) colocam que:

O ciclo operacional é o período de tempo compreendido entre a compra da mercadoria ou matéria-prima até o recebimento do caixa resultante da venda do produto. Esse conceito tem o objetivo de proporcionar uma visão do tempo gasto pela entidade em cada fase do processo produtivo, bem como o volume de capital necessário para suportar financeiramente o prazo envolvido entre a aquisição da mercadoria e o recebimento das vendas.

Os principais índices abrangidos dentro do ciclo operacional são: o prazo médio de estocagem (PME); prazo médio de vendas (PMV); prazo médio de cobrança (PMC) e o prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF), e a seguir

será visto como são calculados cada um dos prazos apresentados.

2.5.4.1 Prazo Médio de Estocagem

O prazo médio de estocagem indica de forma geral o tempo médio em que a matéria-prima permanece parada no estoque, desde a data em que é adquirida até o momento em que for requisitada no setor produtivo da empresa.

Segundo Silva (2001, p. 324):

Os estoques, como qualquer outro ativo, representam sempre aplicação de recursos. Ao mesmo tempo, manter estoques elevados acarreta uma série de gastos, como armazenagem, transportes e seguros, por exemplo. A tendência das empresas com administração moderna é no sentido de manter os estoques em níveis baixos, porém trabalhar de forma integrada com fornecedores e clientes.

O índice é calculado pela divisão do Estoque Médio pelo Consumo Anual ($\text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final}$), e o resultado desta divisão é multiplicado por 365. Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) este indicador pode ser utilizado também para estoques de embalagens, materiais de uso e consumo, produtos acabados dentre outros, só que é recomendado não fazer um indicador único, e sim calcular os prazos médios para cada tipo.

Desta forma, o PME permite aos gestores saberem o tempo que cada item permanece no estoque, e assim auxiliar para o planejamento das futuras comercializações.

2.5.4.2 Prazo Médio de Vendas

O Prazo Médio de Vendas pode também ser definido como o Prazo Médio de Estocagem de Produtos Acabados, já que neste quociente é indicado o tempo médio em que o produto gasta desde a sua elaboração até a sua venda, ou seja, o tempo em que o produto acabado permanece no estoque da empresa.

O cálculo deste índice é feito por meio da divisão do estoque médio de produtos acabados pelo custo dos produtos vendidos, e multiplica-se o resultado desta operação pelo número de dias em um ano (365).

2.5.4.3 Prazo Médio de Cobrança

O PMC que também é conhecido como Prazo Médio de Recebimento de Vendas, conceitualmente, representa o tempo médio em que a empresa tem de esperar para receber os valores relativos as suas vendas.

Para ser calculado deve-se utilizar a receita bruta das vendas, ou seja, incluídos todos os impostos sobre a venda como Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto Sobre Serviços (ISS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e outros. É considerado também o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) descontadas as devoluções, abatimentos, assim chega-se aos mesmos valores que compõem o Contas a Receber.

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) outro aspecto a ser mencionado é que só devem ser utilizadas as vendas a prazo para o cálculo deste indicador. Desta forma, este índice é muito importante para ter conhecimento da saúde financeira da empresa, e é utilizado em conjunto com os demais indicadores de prazo médio, mas principalmente com o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores, já que representam o Ciclo Financeiro da empresa.

2.5.4.4 Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

O Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores indica o tempo médio gasto pela empresa para fazer o pagamento das suas compras a prazo, e é extremamente utilizado para evidenciar a saúde financeira da organização. Ele é calculado dividindo o valor dos fornecedores a pagar pelas compras a prazo e multiplicando o resultado por 365.

Segundo Martins, Diniz e Miranda (2014) o problema mais crítico se refere ao cálculo das compras a prazo, já que a principal forma é utilizando o Custo da Mercadoria Vendida (CMV), somando com o estoque final de mercadorias e diminuindo pelo estoque inicial destas mesmas mercadorias. Mas o problema é que as compras não consideram os impostos incidentes, enquanto as contas dos fornecedores consideram.

2.5.4.5 Ciclo Econômico, Operacional e Financeiro

O ciclo econômico, operacional e o financeiro possuem relação estreita com os prazos médios, já que é por meio do cálculo dos indicadores de atividades de prazos médios é que se chega ao resultado dos ciclos. Na figura 1 é possível ter um dimensionamento de como é formado os ciclos de atividade da empresa.

Figura 1 - Ciclo Econômico, Operacional e Financeiro



Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010)

Assim após apresentado os indicadores de atividade, com os prazos médios e os ciclos: econômico, operacional e financeiro; será retratada a parte da administração de capital de giro.

2.5.5 Administração de Capital de Giro

O capital de giro consiste no fundamento básico da avaliação do equilíbrio financeiro de uma empresa, de tal forma que os compromissos assumidos sejam cumpridos causando o menor impacto possível na rentabilidade da empresa. O comportamento do capital de giro é excepcionalmente movimentado, exigindo modelos eficientes e rápidos de avaliação da situação financeira da empresa.

Segundo Assaf Neto (2015) caso a empresa tenha uma necessidade de investimento em giro mal dimensionada, é certo de que será uma fonte de comprometimento da solvência da organização, que causará consequências na posição econômica de rentabilidade.

Para uma administração do capital de giro de forma eficiente, três

instrumentos fundamentais são apresentados: o Capital Circulante Líquido (CCL), Necessidade de Capital de Giro (NCG) e Saldo em Tesouraria (ST).

2.5.5.1 Análise Dinâmica: CCL, NCG e ST

A análise do capital circulante líquido, da necessidade de capital de giro e do saldo em tesouraria, de forma conjunta, pode proporcionar importantes evidências sobre a liquidez de uma organização no curto prazo. Mas antes é necessário conhecer estes instrumentos.

Figura 2 - Ferramentas da Administração do Capital de Giro

CCL	NCG	ST
É identificado pela diferença entre Ativo Circulante e o Passivo Circulante.	O ativo e passivo circulante são formados em duas partes: Operacional e Não Operacional. A NCG é a diferença entre o ativo operacional e o passivo operacional.	Apresenta a diferença entre o ativo não operacional e o passivo não operacional.

Fonte: Adaptado de Martins, Diniz e Miranda (2014)

Na Figura 2 é possível distinguir as formas de calcular cada uma das ferramentas, e tem como objetivo evidenciar a saúde financeira da empresa. Assim caso o CCL ou o ST deem resultado negativo, significa que a empresa passa por dificuldades financeiras, principalmente se a situação for recorrente. O quadro 4 ilustra as possibilidades de administração de cada um desses itens, bem como a classificação de cada uma dessas situações.

Quadro 4 - Tipos de estrutura e situação financeira

Tipo	CCL	NCG	ST	Situação
I	+	-	+	Excelente
II	+	+	+	Sólida
III	+	+	-	Insatisfatória
IV	-	+	-	Péssima
V	-	-	-	Muito ruim
VI	-	-	+	Alto Risco

Fonte: Martins, Diniz e Miranda (2014)

Assim, com base nestes indicadores é possível identificar a situação financeira da empresa, no entanto é necessário saber se a atividade operacional da empresa tem capacidade de gerar caixa, para tanto é calculado o EBITDA (*Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*).

2.5.6 EBITDA

O EBITDA ou Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) é um indicador que tem como objetivo demonstrar se a empresa possui capacidade de gerar caixa operacional

Hoji (2014) comenta que na opinião dos analistas o EBITDA é o indicador que expressa da melhor forma a geração de caixa operacional, por considerar em seu cálculo somente os resultados operacionais que influenciam o caixa, sem contar com as despesas operacionais como depreciação, amortização e equivalência por exemplo.

Para chegar ao resultado do EBITDA, primeiro deve-se calcular o lucro operacional da empresa, em seguida deve ser somado os valores referentes a depreciação e amortização que estão presentes no CMV nas despesas operacionais. Ele é utilizado para medir com maior exatidão a produtividade e a eficiência do negócio, mas é necessário ficar atento, pois o EBITDA pode dar uma falsa ideia sobre a liquidez da empresa.

Quadro 5 – DRE X EBITDA

DRE	EBITDA
Receita Bruta	Receita Bruta
Deduções Receita Bruta	Deduções Receita Bruta
Receita Líquida	Receita Líquida
CMV	CMV
Lucro Bruto	Lucro Bruto
Despesas Operacionais	Despesas Operacionais
	(=) EBITDA
Depreciação	Depreciação
Receita Financeira	Receita Financeira
Despesas Financeiras	Despesas Financeiras
Lucro Antes do IR	Lucro Antes do IR
IR + CSSL	IR + CSSL
Lucro Líquido	Lucro Líquido

Fonte: Adaptado de Iudícibus (2009)

O quadro 5 apresenta que a estrutura do EBITDA é basicamente a demonstração do resultado do exercício da empresa, com a diferença de que seu resultado é obtido após o lucro bruto, onde é descontado apenas as despesas operacionais.

Assim, o quadro 6 apresenta de forma sintetizada a fórmula de cálculo e qual a utilidade dos indicadores estudados.

Quadro 6 - Tabela de Cálculo dos Indicadores

Indicador	Fórmula	Utilidade
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Calcular quanto a empresa dispõe de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante
Liquidez Seca	$\frac{(\text{AC} - \text{Estoques})}{\text{PC}}$	Calcular quanto a empresa dispõe de Ativo Circulante desconsiderando os estoques para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$	Calcular quanto a empresa dispõe de Disponibilidades para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante
Liquidez Geral	$\frac{(\text{AC} + \text{Realizável LP})}{(\text{PC} + \text{Exigível LP})}$	Calcular quanto a empresa possui de recursos de curto e longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto e longo prazo
Endividamento Total	$\frac{(\text{PC} + \text{PNC})}{\text{Ativo Total}}$	Calcular o percentual dos Ativos Totais que são financiados por terceiros
Composição do Endividamento	$\frac{\text{PC}}{(\text{PC} + \text{PNC})}$	Calcular o percentual de dívida de curto prazo em relação ao total de dívida de curto e longo prazo
Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{(\text{ANC} - \text{Realizável LP})}{\text{PL}}$	Calcular parcela do capital próprio que está investida em Ativos Imobilizados, Ativos Intangíveis e Investimentos
Retorno sobre o Investimento	$\frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Investimento}}$	Calcular o quanto a empresa obteve de resultados em relação aos investimentos nela realizados
Retorno sobre o PL	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL}}$	Calcular o quanto a empresa obteve de resultados em relação ao Patrimônio Líquido
Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}}$	Calcular a rentabilidade da empresa, o percentual da receita que efetivamente foi convertido para lucro
Margem Operacional	$\frac{\text{Resultado Operac.}}{\text{Receita Líquida}}$	Calcular o percentual da receita que foi convertido para lucro dentro das operações da empresa
Margem Bruta	$\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita Líquida}}$	Calcular o percentual da receita que foi convertido para lucro, utilizando somente os custos diretamente ligados aos produtos

Fonte: Elaborado pelo autor

3 METODOLOGIA

Nesta seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo. Inicialmente, descreve-se o enquadramento metodológico. Em seguida, demonstram-se os procedimentos utilizados para a coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICOS

No que se refere a análise dos dados, foi utilizado a abordagem qualitativa, onde Oliveira (1999) define que na forma qualitativa tem-se a facilidade de poder descrever a complexidade de determinadas hipóteses ou problemas, analisando suas variáveis e compreender a classificação dos processos dinâmicos conhecidos por grupos sociais. No decorrer do trabalho as informações empresariais serão apresentadas e desenvolvidas de forma a chegar a resultados que facilite o entendimento da situação patrimonial da empresa.

Em relação aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, pois ela tem o intuito de evidenciar as análises das demonstrações contábeis apresentadas em um determinado período pela empresa. De acordo com Gil (2002, p. 42) a pesquisa descritiva é assim definida:

[...] tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob esse título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

No que se refere aos procedimentos do trabalho, foram utilizadas pesquisas bibliográficas para um maior conhecimento sobre o tema e para o desenvolvimento do embasamento teórico. Onde serão descritos os conceitos sobre as principais demonstrações contábeis e os métodos de análises das mesmas. Assim Gil (2002, p.44) coloca que “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”.

Também foi elaborado um estudo de caso em uma empresa do setor de indústria química, objetivando facilitar o entendimento e a importância da análise das Demonstrações Contábeis na gestão de uma empresa. Por meio destes

procedimentos metodológicos é que pretendido desenvolver o presente trabalho e atingir os objetivos propostos.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Foi efetuado um estudo de caso em uma indústria química localizada no sul de Santa Catarina, sendo que inicialmente foi apresentado o mercado de trabalho da empresa em estudo. Segundo Gil (2002) o estudo de caso consiste em estudo profundo de poucos objetos, de um jeito que permita detalhar o conhecimento que foi alcançado.

Para obter as informações necessárias para a execução do estudo de caso, foi obtido o acesso as demonstrações contábeis da empresa dos anos de 2014, 2015 e 2016. Assim foi efetuado os cálculos dos indicadores com base nestas DC e posteriormente foi questionado ao contador da empresa algumas informações extras para auxiliar na descrição da análise, assim diagnosticando a situação econômico-financeira da organização.

4 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo será apresentado a caracterização da empresa que será objeto de estudo para elaboração deste trabalho, assim como as suas demonstrações contábeis que serão utilizadas como base para efetuar a análise econômico-financeira da empresa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A Razão Social da organização estudada não será divulgada a pedido dos sócios, assim para fins desta pesquisa, a empresa objeto de estudo será tratada com o nome fictício de Empresa X. Constituída sob a forma de Sociedade por Quotas Limitada, e o seu regime de tributação é o Lucro Real com estimativa mensal. foi fundada no ano de 1992, onde a matriz fica localizada no Sul de Santa Catarina, e a empresa possui uma filial, sendo que esta fica localizada no estado de Goiás.

A empresa foi fundada em 1992 no Sul de Santa Catarina, com a atividade de fabricação de resinas, e assim posteriormente em 1996 foi ampliado o mix de produtos fabricados e foi iniciada a fabricação de tintas de vernizes. Hoje a empresa conta com mais de 160 funcionários somado a matriz e filial, e possui um completo mix de produtos destinados principalmente a construção civil, além de possuir um sistema próprio de sistema tintométrico.

4.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Neste tópico serão apresentadas as demonstrações contábeis da empresa X e as análises efetuadas, compreendendo o período de 2014, 2015 e 2016.

4.2.1 Análise Horizontal e Vertical

A seguir será apresentado o Balanço Patrimonial da empresa X dos três anos analisados, com os índices de análise horizontal e vertical, o quadro 7 contém as contas do Ativo.

Quadro 7 - Análise do Balanço Patrimonial - Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais								
	2016			2015			2014	
		AV(%)	AH(%)		AV(%)	AH(%)		AV(%)
CIRCULANTE	37.042	69,7	(4,9)	38.931	67,4	(7,6)	42.141	69,4
Disponível	220	0,4	(72,9)	809	1,4	(70,7)	2.762	4,5
Caixa e Equivalentes a Caixa	220	0,4	(72,9)	809	1,4	(70,7)	2.762	4,5
Créditos	26.152	49,2	7,9	24.226	41,9	(5,1)	25.520	42,0
Clientes	23.492	44,2	6,9	21.981	38,0	(6,4)	23.485	38,7
Impostos a recuperar	261	0,5	(9,8)	289	0,5	(50,8)	587	1,0
Adiantamento a Fornecedores	413	0,8	(45,8)	762	1,3	45,8	523	0,9
Outras Contas a Receber	1.986	3,7	66,4	1.194	2,1	29,1	925	1,5
Estoques	10.608	20,0	(23,3)	13.822	23,9	0,4	13.773	22,7
Produtos Acabados	3.109	5,9	(21,8)	3.973	6,9	12,2	3.541	5,8
Mercadorias p/Revenda	2.247	4,2	(54,9)	4.977	8,6	2,5	4.854	8,0
Matérias Primas e Embalagens	4.115	7,7	19,1	3.454	6,0	(18,1)	4.219	6,9
Produtos em Elaboração	1.138	2,1	(19,8)	1.418	2,5	22,3	1.159	1,9
Despesas Exercício Seguinte	62	0,1	(15,5)	74	0,1	(13,8)	86	0,1
NÃO CIRCULANTE	16.091	30,3	(14,6)	18.839	32,6	1,2	18.612	30,6
Realizável em Longo Prazo	986	1,9	(5,6)	1.045	1,8	19,5	874	1,4
Depósitos Judiciais	186	0,4	(24,0)	245	0,4	(7,4)	264	0,4
Partes Relacionadas	800	1,5	0,0	800	1,4	31,1	610	1,0
Intangível	1	0,0	0,0	1	0,0	0,0	1	0,0
Investimento	272	0,5	(90,4)	2.844	4,9	10,5	2.574	4,2
Imobilizado	14.832	27,9	(0,8)	14.948	25,9	(1,4)	15.162	25,0
TOTAL DO ATIVO	53.133	100,0	(8,0)	57.770	100,0	(4,9)	60.752	100,0

Fonte: Elaborado pelo Autor (2017)

De acordo com os resultados obtidos por meio das análises, pode-se observar que as contas com maior destaque são a de Clientes, Estoques e o grupo do Imobilizado.

A conta de clientes representa mais de 44% do total do Ativo no ano de 2016, o que demonstra um grande crescimento proporcional já que está em crescimento, enquanto o Ativo está decrescendo. Isso deve-se principalmente ao fato do aumento da inadimplência, que tinha índice de 7,5% em 2015 e subiu para mais de 10% no final de 2016.

Embora a conta de estoques seja bem representativa, ela apresenta uma queda de 23% entre o período de 2015 e 2016 devido ao aumento expressivo no volume de vendas nos últimos meses do ano de 2016 e também a venda de dois imóveis neste mesmo ano, imóveis estes que foram adquiridos em forma de permuta

para a abertura de cliente, uma forte construtora da região. Estes foram mantidos na conta de estoques pois foram obtidos com o objetivo de serem vendidos.

No ativo não circulante a conta com maior representatividade é o imobilizado que na Análise Vertical apresenta índices de 25% a 28% entre os anos analisados. Já observando a Análise Horizontal é possível notar que houve pouca variação nesta conta ao longo dos anos, isto deve-se ao fato de que as aquisições efetuadas para imobilizado serviram apenas para suprir a depreciação ocorrida na questão de valores.

O Quadro 8 apresenta as contas do passivo do Balanço Patrimonial com as análises verticais e horizontais.

Quadro 8 - Análise do Balanço Patrimonial - Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais								
	2016	AV(%)	AH(%)	2015	AV(%)	AH(%)	2014	AV(%)
CIRCULANTE	28.387	53,4	1,6	27.954	48,4	(16,6)	33.505	55,2
Fornecedores	10.584	19,9	40,7	7.521	13,0	(15,2)	8.868	14,6
Obrigações Sociais e Tributárias	2.484	4,7	(10,6)	2.777	4,8	15,9	2.396	3,9
Salários a Pagar	302	0,6	(4,7)	317	0,5	9,3	290	0,5
Provisão Férias e Encargos	1.067	2,0	(25,7)	849	1,5	5,2	807	1,3
Empréstimos e Financiamentos	10.364	19,5	(19,1)	12.814	22,2	(11,9)	14.551	24,0
Adiantamento de Clientes	2.447	4,6	(9,2)	2.240	3,9	(45,0)	4.075	6,7
Partes Relacionadas	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	70	0,1
Comissões a Pagar	418	0,8	(11,6)	473	0,8	41,3	335	0,6
Outras Contas a Pagar	721	1,4	(25,1)	962	1,7	(54,4)	2.112	3,5
NÃO CIRCULANTE	11.351	21,4	(9,1)	12.491	21,6	(14,9)	14.677	24,2
Empréstimos e Financiamentos	4.292	8,1	(21,1)	5.437	9,4	(25,9)	7.341	12,1
Impostos Parcelados	7.059	13,3	0,1	7.054	12,2	(3,8)	7.336	12,1
PATRIMONIO LÍQUIDO	13.394	25,2	(22,7)	17.324	30,0	37,8	12.570	20,7
Capital	2.133	4,0	(42,4)	3.703	6,4	0,0	3.703	6,1
Subscrito e Integralizado	2.133	4,0	(42,4)	3.703	6,4	0,0	3.703	6,1
Reservas de Reavaliação	3.083	5,8	0,0	3.083	5,3	0,0	3.083	5,1
Reserva de Subvenção	3.939	7,4	34,9	2.921	5,1	397,8	587	1,0
Reservas de Lucro	2.461	4,6	(57,9)	5.839	10,1	70,8	3.419	5,6
Reserva de Lucros a Destinar	2.461	4,6	(57,9)	5.839	10,1	70,8	3.419	5,6
Ajuste avaliação patrimonial	1.779	3,3	0,0	1.779	3,1	0,0	1.779	2,9
TOTAL DO PASSIVO	53.133	100,0	(8,0)	57.770	100,0	(4,9)	60.752	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

No passivo as contas mais relevantes são a de Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos tanto no curto como no longo prazo e os Impostos Parcelados.

A conta de Fornecedores possui grande representatividade, e pode-se observar um aumento de mais de 40% do ano de 2015 para o ano de 2016, isso pode ser justificado principalmente pelo aumento do valor das Matérias-Primas neste último ano, além do fato de que a empresa conseguiu aumentar consideravelmente o prazo de pagamento a fornecedores, que será visto posteriormente neste trabalho.

A conta de Empréstimos e Financiamentos é a que possui maior representatividade nos três anos analisados caso seja considerado os valores de curto e longo prazo, com um índice na Análise Vertical de mais de 25% em todos os anos.

Nesta conta encontra-se os financiamentos para Capital de Giro, e para o Ativo fixo, além das operações de vendor que representam mais de 50% do valor da conta Empréstimos e Financiamentos em Curto Prazo. O vendor é um limite de crédito que permite ao vendedor faturar e receber o dinheiro do banco no momento da venda, e ainda permite a empresa dar mais prazo para os seus clientes.

Com a análise destas contas é possível observar que os empréstimos e financiamentos em curto prazo são extremamente superior ao de longo prazo, e isso se deve ao fato de que as operações de vendor citadas anteriormente são liquidadas em no máximo 90 dias, assim sendo contabilizados integralmente no Ativo Circulante.

A empresa possui parcelamento de IPI, INSS e também de ICMS Drawback, esta última sendo aderida no ano de 2016. A variação nesta conta de Impostos Parcelados deve-se somente ao pagamento de tais dividas, exceto na Análise Horizontal de 2015 para 2016, onde praticamente não houve alteração no valor devido ao ingresso do parcelamento do ICMS Drawback.

O quadro 9 apresenta o DRE da empresa, assim como a análise vertical e horizontal do mesmo.

Quadro 9 - Análise da DRE

Demonstração do resultado do exercício - Em Milhares de Reais								
Descrição	2016	AV (%)	AH (%)	2015	AV (%)	AH (%)	2014	AV (%)
Volume de Vendas (L)	20.095		(2,3)	20.570		4,5	19.678	
RECEITA BRUTA	93.567	138,5	4,5	89.495	138,9	4,3	85.791	138,6
Vendas de Produtos	93.567	138,5	4,5	89.495	138,9	4,3	85.791	138,6
DEDUÇÕES	(26.015)	(38,5)	3,8	(25.065)	(38,9)	5,0	(23.880)	(38,6)
Devoluções e Abatimentos	(442)	(0,7)	(61,4)	(1.143)	(1,8)	52,5	(750)	(1,2)
Impostos s/Vendas	(25.574)	(37,9)	6,9	(23.922)	(37,1)	3,4	(23.131)	(37,4)
RECEITA LÍQUIDA	67.552	100,0	4,8	64.430	100,0	4,1	61.910	100,0
CPV	(48.036)	(71,1)	8,4	(44.296)	(68,8)	4,8	(42.277)	(68,3)
LUCRO BRUTO	19.516	28,9	(3,1)	20.134	31,2	2,6	19.633	31,7
DESPESAS/RECEITAS OPER.	(15.079)	(22,3)	9,8	(13.732)	(21,3)	0,8	(13.620)	(22,0)
Despesas Adm e Comerciais	(14.304)	(21,2)	2,4	(13.964)	(21,7)	0,7	(13.873)	(22,4)
Outras Despesas/Receitas Oper.	(775)	(1,1)	(973,2)	89	0,1	(57,2)	207	0,3
Resultado Equiv. Patrimonial	0	0,0	(100,0)	143	0,2	207,4	46	0,1
LUCRO OPERACIONAL	4.437	6,6	(30,7)	6.402	9,9	6,5	6.014	9,7
RESULTADO FINANCEIRO	(2.831)	(4,2)	5,5	(2.683)	(4,2)	(38,5)	(4.364)	(7,0)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	1.605	2,4	(56,8)	3.719	5,8	125,4	1.650	2,7
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(776)	(1,1)	(30,0)	(1.109)	(1,7)	0,0	0	0,0
Imposto de Renda	(561)	(0,8)	(30,3)	(804)	(1,2)	0,0	0	0,0
Contribuição Social	(216)	(0,3)	(29,4)	(305)	(0,5)	0,0	0	0,0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	829	1,2	(68,2)	2.610	4,1	58,2	1.650	2,7

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Ao analisar o DRE da empresa X é possível observar que a receita bruta teve um crescimento constante ao longo dos anos, obteve um crescimento de 4,3% do ano de 2014 para 2015, sendo que este aumento de receita foi devido exclusivamente ao maior volume de vendas. Do ano de 2015 para 2016 o crescimento da receita foi de 4,5%, isso devido ao aumento de preços dos produtos com a necessidade de acompanhar a inflação do mercado, e também pela venda de produtos com maior valor agregado, assim mesmo com a queda no volume vendido a receita teve uma melhora.

Um destaque na análise o DRE é o fato de que a empresa trabalha com a Margem Bruta bem apertada, já que somente os custos dos produtos vendidos consomem em torno de 70% da Receita Líquida. Em relação a este item é possível notar um aumento de 8,4% do ano de 2015 para 2016, acima do aumento de 4,5% da Receita, o principal motivo foi a variação cambial decorrida no ano de 2016, já que mais de 30% do custo da empresa é relacionado a produtos importados.

As despesas administrativas e comerciais representam mais de 20% da receita Líquida, embora esta representatividade está caindo ao longo dos anos, pois o aumento percentual das despesas é inferior ao aumento percentual da Receita.

O Lucro Líquido variou muito no período analisado, do ano de 2014 para 2015 teve um aumento de mais de 58%, devido principalmente a queda de 38,5% no resultado financeiro negativo. Já do ano de 2015 para 2016 o Lucro Líquido apresentou uma queda significativa de 68%, sendo que o principal deste decréscimo foi o aumento de 8,4% do custo dos produtos vendidos, que cresceu 4 pontos percentuais a mais do que a receita bruta.

No quadro 10 será apresentado o DFC da empresa elaborado pelo método indireto.

Quadro 10 - Análise da DFC

DFC - MÉTODO INDIRETO - Em Milhares de Reais			
	2016	2015	2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	829	2.610	1.650
Depreciações	1.023	816	881
Redução/Aumento de Capital	(1.570)	0	2.185
Subvenção para Investimentos	1.018	2.334	587
Equivalência Patrimonial	0	(143)	(46)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	1.300	5.617	5.257
Aumento/Redução de Itens Ativos e Passivos			
Redução/Aumento de Valores a Receber de Clientes	(1.511)	1.505	(2.064)
Redução de Impostos a Recuperar	28	298	221
Redução/Aumento de Estoques	3.214	(50)	(3.460)
Aumento/Redução de Outros Valores a Receber	(384)	(489)	537
Aumento/Redução de Valores a receber Partes Relacionadas	0	(190)	1.710
Redução/Aumento Despesas Exercício Seguinte	11	12	(55)
Redução/Aumento Valores a Pagar Fornecedores	3.063	(1.347)	1.697
Redução/Aumento de Impostos e Contribuições	(293)	381	232
Aumento Valores a Pagar Salário e Férias	203	69	63
Redução/Aumento de Valores Adiantados p/Clientes	207	(1.835)	555
Redução de Valores a Pagar a Partes Relacionadas	0	(70)	(676)
Redução/Aumento Impostos a Pagar Parcelamento	5	(282)	1.500
Redução de Outras Contas a Pagar	(297)	(1.011)	(82)
Fluxo de Caixa de Operações	5.546	2.607	5.434
Valores Utilizados na Aquisição de Bens Imobilizado	(1.409)	(979)	(1.029)
Baixas Liquidadas Bens do Imobilizado	503	377	258
Valores Baixados/Aplicados na Aquisição de Investimentos	2.572	(127)	(39)
Fluxo de Caixa de Investimentos	1.666	(730)	(810)
Lucros Distribuídos	(4.207)	(190)	(2.210)
Redução Aumento/Empréstimos e Financiamentos CP	(2.916)	(834)	(3.970)
Redução Empréstimos e Financiamentos LP	(678)	(2.807)	(350)
Fluxo de Caixa de Financiamentos	(7.802)	(3.831)	(6.531)
REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(589)	(1.953)	(1.906)
Caixa/Equivalentes de Caixa no início do Exercício	809	2.762	4.669
Caixa/Equivalentes de Caixa no fim do Exercício	220	809	2.762

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa da empresa é feito pelo método indireto, sendo assim deve ser iniciada pelo lucro líquido do período e ajustar com os valores da DRE que não movimentam o caixa, como a depreciação.

Com a análise da DFC é possível observar que a geração de fluxo de caixa das atividades operacionais foi positiva em todos os três anos analisados, sendo que nos anos de 2014 e 2016 a geração de caixa foi praticamente a mesma,

assim somente 2015 ficou abaixo devido a redução no valor dos fornecedores e no aumento no valor adiantado para clientes.

Em contrapartida ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os Fluxos de caixa de Investimento e Financiamento foram negativas em todos os anos, e assim comprometeu o caixa que no início de 2014 possuía mais de R\$ 4 milhões e terminou 2016 com o valor em caixa de R\$ 220 mil.

As principais movimentações que afetaram negativamente o valor do caixa foram as aquisições de Ativo Imobilizado, os Lucros Distribuídos para os sócios da empresa, e principalmente o pagamento dos Empréstimos e Financiamentos.

4.2.2 Análise dos Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez apontam a capacidade de pagamento das obrigações que as empresas possuem, no quadro 11 são apresentados os índices de liquidez calculados pelo autor referente as DC da empresa X.

Quadro 11 - Análise dos Indicadores de Liquidez

Indicadores de Liquidez			
	2016	2015	2014
Liquidez Corrente	1,30	1,39	1,26
Liquidez Seca	0,93	0,90	0,85
Liquidez Imediata	0,01	0,03	0,08
Liquidez Geral	0,96	0,99	0,89

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

A liquidez corrente da empresa apresenta que a própria possui capacidade de pagamento das suas obrigações de curto prazo com os seus bens e direitos também de curto prazo nos três anos, com uma sobra de mais de 30% em cada ano.

Já a liquidez seca que mede a mesma capacidade de pagamento da Liquidez Corrente com a diferença de que é desconsiderado os estoques, neste indicador é possível observar que a empresa possui mais obrigações do que direitos, o que reflete o fato de que a conta de estoques é uma das mais representativas conforme visto anteriormente, embora esteja um pouco abaixo o índice apresenta melhora, saindo de 0,85 em 2014 para 0,93 em 2016.

A liquidez Imediata apresenta a capacidade da empresa em cumprir as obrigações de curto prazo com as disponibilidades, conforme é visto no Quadro 11 a empresa não consegue liquidar nem 10% das obrigações, e este índice está tendo uma piora ao longo dos anos.

Já na liquidez geral que demonstra a capacidade da empresa de pagar as suas obrigações de curto e longo prazo, com os seus bens e direitos de curto e longo prazo. A empresa X apresenta em 2015 e 2016 o índice muito próximo a 1, o que significa que nestes dois anos mais de 95% das obrigações podem ser liquidadas com os bens e direitos, sem precisar utilizar o ativo permanente.

4.2.3 Análise dos Indicadores de Endividamento

Os indicadores de endividamento demonstram como está a estrutura de capital da empresa. No quadro 12 é possível observar os resultados dos cálculos efetuados para encontrar os índices de endividamento.

Quadro 12 - Análise dos Indicadores de Endividamento

Indicadores de Endividamento			
	2016	2015	2014
Endividamento Total	74,8%	70,0%	79,3%
Composição do Endividamento	71,4%	69,1%	69,5%
Imobilização do PL	112,8%	102,7%	141,1%

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

O endividamento total apresenta o percentual de capital de terceiros em relação ao passivo total, e pode-se observar que a empresa possui um índice de Endividamento Total acima de 70% em todos os três anos, muito acima do recomendado que é de 60%, mas ainda assim é possível notar uma melhora neste índice de 2014 para 2016 em quase 5 pontos percentuais, o que significa que a empresa está no caminho para reduzir este indicador.

O índice de Composição do endividamento apresenta o percentual do capital de terceiros que é exigível em curto prazo. Com a análise deste índice é observado que pouco houve variação entre 2014 e 2016, e manteve-se em torno de 70%, e isto é devido principalmente as operações de vendor já citadas anteriormente, já que as mesmas possuem valores expressivos e são integralmente contabilizadas a curto prazo.

O índice de Imobilização do PL indica o percentual do Patrimônio Líquido que está sendo destinado ao Ativo Imobilizado da empresa. Como pode ser observado na empresa X todo o PL é destinado ao Imobilizado, e ainda utiliza mais um pouco do capital de terceiros para a imobilização.

4.2.4 Análise dos Indicadores de Rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade apresentam a capacidade que empresa possui em gerar retorno para os seus investidores. No quadro 13 é exibido os resultados dos índices calculados.

Quadro 13 - Análise dos Indicadores de Rentabilidade

Indicadores de Rentabilidade			
	2016	2015	2014
Retorno sobre o Investimento	1,6%	4,5%	2,7%
Retorno sobre o PL	4,8%	20,8%	15,9%
Margem Líquida	1,2%	4,1%	2,7%
Margem Operacional	6,6%	9,9%	9,7%
Margem Bruta	28,9%	31,2%	31,7%

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

O Retorno sobre o investimento teve um resultado muito baixo nos três anos, embora do ano de 2014 para 2015 tenha esboçado uma reação aumentando o percentual de retorno, no ano de 2016 teve uma queda preocupante, onde o retorno ficou abaixo de 2%, devido ao Lucro Líquido baixo como foi visto anteriormente.

Já o indicador do Retorno sobre o PL que demonstra a capacidade de retorno da empresa em relação ao capital próprio. Os valores obtidos foram bons nos anos de 2014 e 2015, onde a empresa apresentou um retorno sobre o PL de 15,9% e 20,8% respectivamente. Mas novamente o ano de 2016 não apresenta valores satisfatórios de rentabilidade, o que pode ser visto pelo fato de que mesmo com a diminuição do capital próprio neste último ano, o Retorno não chegou a 5%.

A Margem Líquida que demonstra o quanto da receita líquida a empresa conseguiu converter em lucro líquido, também apresenta valores muito baixos, sendo novamente o ano de 2016 o mais preocupante, já que teve uma margem de 1,2%.

A Margem Operacional que desconsidera os impostos sobre o Lucro e o resultado financeiro, ou seja, demonstra o quanto da receita líquida foi convertido para lucro operacional. O resultado obtido é um pouco mais satisfatório que a Margem Líquida pelo fato de que o resultado financeiro foi negativo em todos os anos.

A Margem Bruta assim como todos os outros indicadores de rentabilidade foi satisfatória nos anos de 2015 e 2014, mas teve uma considerável queda no ano de 2016, que se deve ao aumento da variação cambial neste ano, sendo que as principais matérias primas da empresa têm o seu preço diretamente ligados ao câmbio, o que acabou comprometendo a margem deste último ano.

4.2.5 Análise dos Indicadores de Atividade

Os indicadores de atividade apresentam os prazos médios e demonstram como está o Ciclo Operacional e o Ciclo Financeiro da empresa, sendo que em ambos quanto menor o resultado, melhor para a empresa. No quadro 14 apresenta o cálculo dos prazos médios e o resultado dos Ciclos Operacional e Financeiro.

Quadro 14 - Análise dos Indicadores de Atividade

Indicadores de Atividade			
	2016	2015	2014
Prazo Médio de Estocagem	92	112	103
Prazo Médio de Vendas	27	31	28
Prazo Médio de Recebimento	87	91	89
Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores	73	67	63

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

O prazo médio de estocagem demonstra a quantidade de dias que o estoque permanece na empresa, desde a compra da matéria-prima, até a venda do produto acabado. Assim, é possível observar que na Empresa X o tempo de estocagem é de mais de 3 meses, o que pode ser considerado um valor alto, mas que vem decrescendo ao longo dos anos, já que em 2014 era de 103 dias e chegou a 92 dias em 2016.

Já o prazo médio de vendas é semelhante ao de estocagem, só que ele considera somente o estoque de produtos acabados, assim é possível notar que o prazo de permanência em estoque dos produtos já finalizados é muito inferior ao

prazo de estocagem geral da empresa. Isso se deve ao fato de que as Matérias Prima e embalagens sempre possuem estoques acima da margem de segurança para não ter risco de parar a produção por falta de insumos.

O prazo médio de recebimento de vendas teve algumas variações, sendo que estava em 89 dias em 2014, aumentou para 91 dias em 2015 e foi reduzido há 87 dias em 2016, devido a estabilidade no valor a receber de clientes entre os períodos analisados atrelado ao aumento na receita da empresa.

O prazo médio de pagamento a fornecedores apresentou um índice que pode ser considerado bom, já que ficou em 63 dias em 2014, 67 dias em 2015 e aumentou para 73 dias em 2016.

O principal aspecto que faz a empresa possuir tal prazo, é que possui um contrato de operação de vendar com o maior fornecedor de embalagens, além do aumento do número de importações efetuadas no último ano, já que esta operação possui prazo bem flexível que pode ultrapassar 90 dias após a o recebimento da mercadoria, o que justifica o aumento do prazo de 2016 em relação ao ano anterior.

Estes indicadores de prazos médios são utilizados para ter conhecimento dos ciclos operacional e financeiro da empresa, conforme é apresentado no quadro 15.

Quadro 15 - Análise dos Ciclos Operacional e Financeiro

Ciclos Operacional e Financeiro			
	2016	2015	2014
Ciclo Operacional	179	204	191
Ciclo Financeiro	106	137	128

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

O ciclo operacional da empresa apresentou resultado alto nos três anos, embora tenha obtido uma queda significativa do ano de 2015 para 2016, onde passou de 204 dias para 179 dias. Este ciclo operacional extenso deve-se ao prazo de estocagem de mais de 3 meses e ao prazo de recebimento, e como ambos os prazos decaíram de 2015 para 2016, explica a queda observada no ciclo operacional.

O ciclo financeiro começa no instante que há o pagamento para os fornecedores e encerra no momento do recebimento das vendas efetuadas. Assim o ciclo financeiro da empresa foi de 128 dias em 2014, 137 dias em 2015 e diminuiu

para 106 dias em 2016, o que significa que a empresa tem de financiar essa necessidade de capital de giro por mais de 100 dias, deste modo para um melhor entendimento será visto a seguir a análise da administração do Capital de Giro.

4.2.6 Análise da Administração do Capital de Giro

Para ser efetuada a análise da administração de capital de giro, devem ser observados três indicadores, o Capital Circulante Líquido (CCL), a Necessidade de Capital de Giro (NCG) e o Saldo de Tesouraria (ST). No quadro 16 são apresentados os resultados do cálculo destes indicadores na empresa X.

Quadro 16 - Análise da Administração de Capital de Giro

Administração de Capital de Giro			
	2016	2015	2014
Capital Circulante Líquido	8.655	10.977	8.636
Necessidade de Capital de Giro	18.799	22.982	20.425
Saldo de Tesouraria	(10.145)	(12.005)	(11.789)

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

O CCL da empresa manteve-se positiva nos três anos, sendo que houve um aumento significativo de 2014 para 2015, sendo que essa variação é devido à queda nos valores de Adiantamento de Clientes e Empréstimos e Financiamentos de curto prazo aliadas ao fato de que as contas do ativo não obtiveram grandes variações.

No entanto de 2015 para 2016 houve uma queda no resultado do CCL que acabou retornando ao mesmo valor de 2014, o aumento da conta de fornecedores e a queda significativa na conta de estoques são os principais causadores deste decréscimo do indicador.

A NCG também foi positiva nos três anos analisados, embora esteja apresentando uma queda no seu resultado, já que em 2014 era de R\$ 20,42 milhões e foi para R\$ 18,79 milhões em 2016, essa queda é decorrente principalmente do aumento da conta de fornecedores aliada à redução na conta de estoques no período.

O ST teve uma queda em seu resultado sendo comparado o ano de 2014 com 2016 decorrentes do fato de que o passivo financeiro circulante, que no caso da

empresa X é representado pela conta de Empréstimos e Financiamentos de curto prazo, teve redução maior do que a registrada nas disponibilidades.

Com a análise dos resultados obtidos no quadro 16, aliando com os tipos de estrutura e situação financeira encontradas no quadro 4, página 36 é possível notar que a empresa apresenta uma classificação insatisfatória nos anos de 2014, 2015 e 2016.

4.2.7 Análise do EBITDA

O EBITDA é o indicador que tem como objetivo identificar se a empresa possui capacidade de gerar caixa operacional, assim no quadro 17 é apresentado o cálculo efetuado na empresa pesquisada e os dados recorrentes das análises.

Quadro 17 - Análise do EBITDA

EBITDA			
	2016	2015	2014
(+) Lucro Líquido do Exercício	829	2.610	1.650
(+/-) Resultado Financeiro	2.831	2.683	4.364
(+) Depreciação	1.023	816	881
(+) Impostos (IRPJ, CSLL)	776	1.109	-
= EBITDA	5.459	7.218	6.895
% Sobre a Receita Líquida	8,1%	11,2%	11,1%

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Analisando o resultado do EBITDA, percebe-se que a empresa apresentou capacidade de gerar caixa operacional em todos os três anos analisados, com resultado que ficaram em torno dos R\$ 7 milhões em 2014 e 2015 e que caíram para R\$ 5,4 milhões em 2016, devido ao fato de que no último ano o Lucro Líquido da empresa ficou abaixo dos outros anos, ocasionado pelo aumento do custo dos produtos vendidos.

A margem EBITDA calculada nos três anos apresenta um bom percentual, já que em 2014 e 2015 ficou em 11,1% e 11,2% respectivamente, neste sentido a empresa possui capacidade de gerar caixa operacional, e mesmo com a queda para a margem EBITDA para 8,1% no ano de 2016, o indicador pode ser considerado igualmente satisfatório.

4.2.8 Parecer de Análise

Em análise as demonstrações contábeis da empresa X, sendo elaborado um comparativo entre os anos de 2014, 2015 e 2016, pode ser percebido que a empresa possui pontos fortes e pontos fracos, mas que vem obtendo uma evolução ao longo destes anos.

O Balanço Patrimonial da empresa demonstra que está ocorrendo uma queda considerável no ativo total, já que era de R\$ 60,7 milhões em 2014 e passou ao valor de R\$ 53,1 milhões em 2016, embora o PL obteve um crescimento, saindo de R\$ 12,5 milhões para R\$ 13,3 milhões em 2016.

Já na DRE destaca-se negativamente o alto crescimento do Custo dos Produtos Vendidos, que estava em R\$ 42,2 milhões em 2014 e ficou em R\$ 48,0 milhões em 2016, o que apresenta um aumento de cerca de 13,5%, fato este que prejudicou a margem bruta da empresa. O que agrava a circunstância é que o crescimento de da receita bruta foi de apenas 9%, R\$ 85,7 milhões em 2014 para R\$ 93,5 milhões em 2016.

Na DFC é possível observar que a empresa conseguiu gerar caixa positivo na atividade operacional nos três anos analisados, embora no ano de 2015 tenha sido gerado R\$ 2,6 milhões, o que fica muito abaixo dos outros dois anos que geraram em torno de R\$ 5,5 milhões cada. Já no fluxo de caixa de investimentos o ano de 2015 foi o que consumiu o menor valor de caixa, sendo que foi de R\$ 919 mil, em 2014 e 2016 o consumo de caixa foi de R\$ 4,3 milhões e R\$ 3,5 milhões respectivamente.

Os índices de liquidez da empresa apresentam um bom resultado, demonstrando que é possível honrar as dívidas de curto prazo com os bens e direitos também de curto prazo. Embora retirando os estoques do cálculo (Liquidez Seca) o indicador não atinja o número 1, é notório o crescimento deste indicador, onde saiu de 0,85 em 2014 para 0,93 em 2016.

Nos índices de endividamento é onde encontra-se a maior preocupação da empresa, já que o endividamento total está muito acima do 60% recomendado pelos especialistas, mas é possível observar uma leve melhora já que saiu de 79,3% em 2014 para 74,8% em 2016. A composição deste endividamento nos três anos analisados ficou em torno de 70% que é exigível a curto prazo.

Os índices de rentabilidade podem ser considerados bons tendo em conta a dificuldade atual no mercado, mas está apresentando uma queda considerável de 2014 para 2016, como exemplo disto é o retorno sobre o PL que era de 15,9% e terminou 2016 com o percentual de apenas 4,8%.

Nos indicadores de atividade é possível perceber que os prazos médios estão apresentando uma ótima melhora no decorrer dos anos, onde por exemplo o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores era de 63 dias em 2014 e chegou a 73 dias em 2016. O Ciclo Financeiro da empresa é desfavorável, já que o desembolso ocorre antes do recebimento, mas está apresentando uma melhora significativa, já que estava em 128 dias em 2014 e terminou 2016 com o índice de 106 dias.

Analisando os índices da administração de capital de giro é possível notar que a empresa possui uma Necessidade de Capital de Giro alta, mas que está diminuindo ao longo do tempo, o Capital Circulante Líquido manteve-se estável e o Saldo de Tesouraria apresenta resultado negativo, mas vem apresentando uma pequena melhora. Neste sentido a empresa possui uma classificação considerada insatisfatória na questão de capital de giro.

Com relação ao EBITDA, nota-se que a empresa possui boa capacidade de gerar caixa operacional, com margens em torno de 11% em 2014 e 2015 em relação a receita líquida, e 8,1% em 2016. Mas vale salientar conforme visto anteriormente que no ano de 2015 a geração de caixa operacional ficou muito abaixo dos outros anos e do EBITDA também.

Em um panorama geral a empresa apresenta bons índices de liquidez e com boa geração de caixa operacional nos anos de 2014 e 2016, necessitando ter atenção especial no endividamento total que apresenta um resultado muito alto. Mas este índice elevado não representa algo desastroso, já que se trata de uma empresa consolidada no mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que as demonstrações contábeis quando analisadas de forma isolada podem comprometer a informação gerada, assim por meio da análise de demonstrações contábeis é possível obter números que servem para melhor compreender a situação econômico-financeira em que se encontra a empresa em dado período.

Este estudo objetivou-se em evidenciar de que forma a análise das demonstrações contábeis pode gerar informações para auxiliar na tomada de decisão de uma indústria química localizada no Sul de Santa Catarina. No estudo foram analisadas as demonstrações contábeis de uma Indústria de Tintas nos anos de 2014, 2015 e 2016.

Em relação ao primeiro objetivo específico, foram apresentadas as principais demonstrações contábeis e os seus conceitos para um melhor entendimento deste trabalho. Em seguida conforme o segundo objetivo específico foram apresentados o conceito e os fundamentos da análise das demonstrações contábeis.

Já para o terceiro objetivo específico, foi calculado os indicadores das demonstrações contábeis da empresa pesquisada e em seguida foi efetuada uma análise comparativa entre os anos estudados destacando as principais variações ocorridas.

Quanto ao quarto objetivo específico, foi elaborado um parecer final apresentando os principais pontos que mereceram ser destacados, assim demonstrando os pontos positivos da empresa e também alertando sobre os pontos negativos.

Importante salientar que conforme apresentado na análise do ativo a empresa contabilizou imóveis na conta de estoque, o que está em desacordo com as práticas contábeis no entendimento do autor deste trabalho. Por fim, conclui-se que a análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta capaz de gerar diversas informações para a empresa e assim auxiliar a tomada de decisão da mesma e assim maximizar os seus lucros.

REFERÊNCIAS

- ABIQUIM. **Pacto Nacional da Indústria Química**. Disponível em: <<http://canais.abiquim.org.br/pacto/default.asp>>. Acesso em: 29 abr. 2017
- ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm> Acesso em: 10 set. 2017
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.
- HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; **Análise de Balanços**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARION, José Carlos; **Análise das Demonstrações Contábeis**: Contabilidade Empresarial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josediton Alves; MIRANDA, Gilberto José; **Análise avançada de demonstrações contábeis**: uma abordagem crítica. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josediton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.
- MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V.; **Contabilidade Avançada e análise das demonstrações financeiras**. 15. ed. São Paulo: Frase, 2007.
- NUNES, Paulo. **Indicadores Econômicos e Financeiros**. Disponível em: <<http://knoow.net/cienceconempr/gestao/indicadores-economicos-financeiros/>>. Acesso em: 28 abr. 2017
- PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho. **Análise das**

demonstrações financeiras. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende; **Demonstrações Contábeis:** estrutura e análise. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, José Pereira. **Análise financeira das empresas.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ZANLUCA, Jonatan de Souza. **Ciclos Econômico, Operacional e Financeiro.** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ciclos.htm>>. Acesso em: 10 out. 2017.